

## ÍNDICE

	Págs.
PREFÁCIO — Europa e legitimidade dos cidadãos, <i>Guilherme d'Oliveira Martins</i> .....	5
AGRADECIMENTOS .....	13
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS .....	15
INTRODUÇÃO.....	17
1. Primeiro os cidadãos .....	17
2. Programa.....	32
2.1. Questões de método .....	36
2.1.1. O recurso ao Direito Constitucional Comparado .....	42
2.1.2. O recorte da Ciência Política .....	48
3. O Tratado de Lisboa — mudança de paradigma.....	51

### PARTE I

#### A UNIÃO EUROPEIA, O PARLAMENTARISMO DEMOCRÁTICO E REPRESENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

1. O parlamento na democracia contemporânea europeia.....	63
1.1. O Parlamento: conceito, significado .....	65
1.2. Origem e evolução .....	67
1.3. O parlamento e a “crise do Estado Democrático” .....	74
a) O Parlamento do século XXI.....	79
2. O parlamentarismo na União Europeia.....	85
2.1. A legitimidade dos Parlamentos na União Europeia .....	85
2.1.1. O Parlamento Europeu .....	98
2.1.2. Os Parlamentos Nacionais.....	101

	Págs.
2.2. Aproximar a União dos seus cidadãos: construir a União Europeia .....	111
2.3. O défice democrático na União Europeia: visão geral.....	114
2.3.1. O défice democrático europeu e o défice de cidadania .....	135
a) O que é o défice democrático e como surgiu? .....	137
b) Características do défice democrático .....	140
3. O Parlamento como estrutura de Representação Política .....	144
3.1. Noção de estrutura de representação.....	144
3.2. O parlamento como estrutura de representação.....	147
3.3. Noção de parlamento.....	148
3.4. Características do parlamento .....	150
3.5. As funções dos Parlamentos .....	164
4. O caso português e espanhol: a AR e as CORTES .....	173
4.1. O papel da Assembleia da República .....	178
4.1.1. Antecedentes .....	178
4.2. Tipos de competências.....	185
4.2.1. Competência de aprovação de Convenções Internacionais.....	185
4.2.2. Competência legislativa.....	191
4.2.3. Competência de orientação e fiscalização .....	193
4.3. O parlamento português e a União Europeia.....	196
4.3.1. A Comissão de Assuntos Europeus .....	201
4.3.2. Organização da Assembleia da República e o papel da comissão especializada em assuntos europeus.....	202
4.4. A experiência espanhola .....	204
4.4.1. Procedimento, limites e garantias constitucionais.....	204
4.4.2. A Comissão Mista do Congresso e do Senado .....	206
4.4.2.1. A criação e a composição da Comissão Mista para a União Europeia.....	207
4.4.2.2. As competências da Comissão Mista.....	208

PARTE II  
HISTÓRIA DO PARLAMENTARISMO  
NA CONSTRUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

	Págs.
1. Nascimento do parlamentarismo europeu.....	211
2. O papel dos Parlamentos Nacionais na integração europeia — um esboço histórico-comparativo .....	226
2.1. As três fases da “parlamentarização” da União Europeia .....	228
2.1.1. Fase da letargia.....	238
2.1.2. Fase do despertar.....	240
2.1.3. Fase da reivindicação .....	242
3. Etapas na direcção de uma maior participação.....	253
3.1. A COSAC e as comissões especializadas em assuntos europeus .....	301
3.2. A Conferência de Presidentes dos Parlamentos Nacionais.....	302
3.3. Reuniões Interparlamentares .....	303
3.4. O acompanhamento da União Europeia através do IPEX .....	304
3.5. Os representantes dos Parlamentos Nacionais perante a União Europeia.....	305
3.6. O debate com os cidadãos .....	306

PARTE III  
O PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS  
NA CONSTRUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

1. O papel dos Parlamentos Nacionais na construção europeia.....	311
2. O Tratado de Lisboa. Novo arquétipo constitucional? .....	329
3. Os Parlamentos Nacionais no Tratado Reformador de Lisboa e a sua prática parlamentar europeia.....	336
A) Titularidade de um direito à informação .....	337
B) Titularidade de um direito à oposição .....	338
C) Participação, através de representantes seus, num processo de revisão ordinário dos Tratados.....	339
D) Participação na cooperação interparlamentar com os outros Parlamentos Nacionais e com o Parlamento Europeu .....	339
E) Participação no controlo do princípio da subsidiariedade .....	340
F) Associação do controlo político da Europol e avaliação das actividades da Eurojust .....	341
G) Aprovação de actos respeitantes à construção europeia, de acordo com as normas da Constituição da República Portuguesa .....	344

	Págs.
4. Principais inovações do Tratado de Lisboa .....	355
4.1. Informação aos Parlamentos Nacionais como um instrumento ao serviço da função de controlo.....	366
4.2. A participação dos Parlamentos Nacionais.....	371
4.2.1. A participação dos Parlamentos Nacionais e o objecto dos pareceres em concreto .....	379
4.2.2. O âmbito dos pareceres dos Parlamentos Nacionais.....	380
4.2.3. A avaliação dos pareceres dos Parlamentos Nacionais e as respostas da Comissão.....	384
4.2.4. As respostas da Comissão aos pareceres dos Parlamentos Nacionais	386
4.2.5. O controlo do respeito pelo princípio da subsidiariedade .....	388
4.2.5.1. Garantia do cumprimento do princípio da subsidiariedade ...	403
4.2.5.2. Acções de Anulação junto do Tribunal de Justiça da UE, com fundamento na violação do princípio da subsidiariedade .....	410
4.2.5.3. Participação na Revisão Simplificada dos Tratados — <i>Cláusula Passarelle</i> .....	411
4.3. Outras formas de participação directa dos Parlamentos Nacionais.....	414
4.3.1. Os mecanismos de participação directa dos Parlamentos Nacionais.....	415
4.3.1.1. A Conferência de Presidentes de Parlamentos Nacionais da União Europeia.....	415
4.3.1.2. A Conferência de Parlamentos.....	419
4.3.1.3. A Conferência de Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários — COSAC .....	423
4.3.2. Notas sobre a actual função da COSAC.....	432
5. O papel dos Parlamentos Nacionais e a construção europeia no século XXI .....	434
5.1. O papel dos Parlamentos Nacionais na nova arquitectura europeia .....	439
5.2. Os novos poderes dos Parlamentos Nacionais no processo decisório da UE.....	445
5.2.1. O Controlo das actividades das Instituições da UE, de 1 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010 .....	445
a) Actividades controladas.....	446
b) Selecção de Documentos .....	447
c) Órgãos parlamentares envolvidos no processo de controlo.....	448
d) O papel do Governo no processo de controlo .....	450



	Págs.
5.3. O Parlamento Europeu: seu papel .....	451
5.4. A questão das duas câmaras: ainda um caminho? .....	458
5.5. Os Parlamentos Nacionais e a Estratégia Europeia 2020 .....	462
6. Perspectivas futuras para o papel dos Parlamentos Nacionais.....	465
CONCLUSÕES .....	487
GENERAL CONCLUSIONS OF THE THESIS.....	499
BIBLIOGRAFIA.....	505